Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação

REFERÊNCIA E APROPRIAÇÃO DOS ESTUDOS DE GÊNERO PELA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO BRASILEIRA: UMA ANÁLISE DOS TRABALHOS APRESENTADOS NOS ENANCIBS DE 2018-2021[1]

REFERENCE AND APPROPRIATION OF GENDER STUDIES BY BRAZILIAN INFORMATION SCIENCE: AN ANALYSIS OF THE PAPERS PRESENTED IN THE 2018-2021 ENANCIBS

Nathália Lima Romeiro[2]
Fabrício José Nascimento da Silveira[3]

Resumo: Este artigo objetiva analisar como o termo gênero tem sido referenciado e apropriado por pesquisadoras e pesquisadores da Ciência da Informação brasileira. Para tanto, estabelece como enfoque os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) de 2018 a 2021. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, do tipo exploratório, que visa mapear as publicações indexadas com o termo "gênero" ou "genero" e por meio do radical "gen" nos anais dos ENANCIBs e discutir a apropriação do termo recorrendo à análise de conteúdo. A fundamentação teórica abrange estudos de gênero e suas convergências com o movimento feminista, referente responsável por ampliar o debate em contextos interseccionais. Apresenta como resultado os trabalhos publicados que incluíram o termo gênero no título, resumo e/ou palavras-chave. A partir deles foi possível constatar que, para possibilitar o agrupamento dos estudos de gênero na Ciência da Informação, é importante que a comunidade científica utilize estrategicamente instrumentos de indexação de forma a garantir tanto a reunião dos trabalhos produzidos quanto a identificação de interesses, objetos de pesquisa emergentes e o desenvolvimento de estudos interseccionas no campo.

Palavras-Chave: Estudos de gênero. Gênero e interseccionalidade. Ciência da Informação. Produção de conhecimento. Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs).

Abstract: *This article aims to analyze how the term gender has been referenced and appropriated by Brazilian Information Science researchers. To this end, it establishes as a focus the works presented at Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) from 2018 to 2021. This is a quantitative and qualitative study, of the exploratory type,*

[1] O presente artigo é uma versão ampliada de trabalho anteriormente submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no GT 12: Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades no XXII ENANCIB.

[2] Doutoranda em Ciência da Informação (UFMG). E-mail: ntromeiro91@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6274-4836.

[3] Doutor em Ciência da Informação (UFMG). Docente da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: fabrisilveira@gmail.com. Orcid: https://orcid.org/0000-0002-0446-3913.

which aims to map the indexed publications with the term "gender" or "genre" and through the radical "gen" in the annals of the ENANCIBs and discuss the appropriation of the term resorting to content analysis. The theoretical foundation covers gender studies and their convergence with the feminist movement, a reference responsible for expanding the debate in intersectional contexts. It presents as a result the published works that included the term genre in the title, abstract and/or keywords. From them it was possible to verify that, in order to allow the grouping of gender studies in Information Science, it is important that the scientific community strategically use indexing instruments in order to guarantee both the gathering of the works produced and the identification of interests, objects of emerging research and the development of intersectional studies in the field.

Keywords: *Gender Studies. Gender and intersectionality. Information Science. Knowledge Production. Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs).*

1 INTRODUÇÃO

Ao considerarmos as estruturas de dominação impostas pelo sistema colonial às dinâmicas de produção e circulação do conhecimento científico, percebemos que os métodos, epistemologias e as práticas de compartilhamento dos saberes em variados contextos privilegiam o protagonismo de homens brancos ocidentais e norte-hemisféricos. Constatação a que também chegaram Aníbal Quijano (2010) e Walter Mignolo (2017) ao problematizarem a colonialidade do saber[4] instaurada por uma abordagem epistêmica eurocentrada, a qual coloca à margem a produção de conhecimentos estabelecidos pelas epistemologias do sul e por sujeitos e grupos não hegemônicos como as mulheres, pessoas negras, indígenas, pessoas com deficiência e a população LGBTQIAPN+[5].

[4] Aníbal Quijano define a colonialidade como "[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista" (Quijano, 2010, p. 68), sistema sustentado, sobretudo, pela imposição de uma classificação racial. Walter Migliolo (2017) complementa denunciando que esse sistema é um elemento constitutivo da modernidade enquanto organização geopolítica global que se iniciou a partir da expansão marítima ou colonização das Américas, África e Ásia.

[5] Sigla reconhecida pelo movimento político-social que luta pela representação da diversidade de orientação sexual e dos direitos de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Transgêneros/Travestis, Queers, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-binárias, entre outras.

Panorama que passa a ser intensamente questionado a partir da segunda metade do Século XX, momento em que os estudos críticos feministas, os estudos críticos da raça e trabalhos sobre a diversidade sexual humana, os quais buscam promover um alargamento no modo de se compreender as questões de gênero, começam a ganhar visibilidade no contexto acadêmico (Connel; Pierce, 2016; Trevisan, 2018; Silva, 2020).

Especificamente em relação aos estudos das e sobre as mulheres, um dos primeiros questionamentos formulado interrogava sobre a existência de diferenças epistemológicas ou metodológicas no trabalho de mulheres e homens. Em seus trabalhos, Michelle Perrot (1984) demonstrou que sim. Em face disso, defendeu a importância da construção epistemológica do conhecimento a partir do olhar das mulheres. Não de um olhar da mulher sobre o assunto mulher, gênero e feminismo, mas da existência de uma percepção específica das mulheres sobre o conhecimento, considerando, para tanto, a diversidade de experiências que elas vivenciam.

Corroborando com a percepção de Perrot (1984), Margareth Rago (1998) advoga que uma epistemologia feminista ou uma perspectiva das mulheres no campo científico, político e social é absolutamente necessária, sobretudo para contrapor as narrativas e discursos compreendidos como dominantes ao longo da história das ciências. Apesar de ambas as autoras advogarem essa perspectiva em acordo com a teoria feminista, complementa-se que essas visibilidades também são necessárias para incluir o protagonismo de outros sujeitos e suas participações na ciência.

No que concerne aos estudos informacionais no Brasil, o desenvolvimento de trabalhos relacionados ao gênero tem como marco os anos 2000, ganhando maior expressão somente na última década. Um dos fatores que podem ter contribuído para esse cenário foi a ampliação do acesso das mulheres, pessoas não brancas, pessoas com deficiência e da população LGBTQIAPN+ à universidade pública a partir da

reestruturação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e da implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). Investimentos na educação pública superior que diversificaram o corpo discente e docente das universidades, fomentando maior diversidade de gênero, da condição humana (com e sem deficiência), de raça e classe. No contexto da pós-graduação, é possível observar um aumento gradativo de pesquisas com distintos recortes – incluindo-se o recorte informacional – acerca dos efeitos desses investimentos em grupos populacionais específicos, como os aqui enunciados.

Atentando para isso, este trabalho objetiva mapear e analisar o uso do termo gênero na produção de conhecimento relacionada a essa temática na Biblioteconomia e na Ciência da Informação Brasileira, tendo como enfoque os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) de 2018-2021.

A pesquisa pode ser caracterizada como quanti-qualitativa e exploratória, pois visa mapear as publicações indexadas com o termo “gênero” ou “genero” e por meio do radical “gen” nos anais dos ENANCIBs e discutir o uso do termo recorrendo à análise de conteúdo. A fundamentação teórica dialoga, como se verá nas próximas seções, com autores e autoras que se posicionam no campo dos estudos de gênero e que problematizam inúmeros aspectos – a estrutura patriarcal enquanto dominante, os estereótipos de gênero, a heterossexualidade compulsória e a cisheteronormatividade, por exemplo – a partir de uma mirada feminista e interseccional.

2 DESENVOLVIMENTO HOSTÓRICO-SOCIAL DOS ESTUDOS DE GÊNERO E INTERSECCIONALIDADE

Considerado um dos pensadores mais influentes da Escola de Frankfurt, Max Horkheimer (1980) formulou as bases de uma teoria crítica que se opunha à "teoria tradicional[6]" e seu modo de fazer ciência, reivindicando, para tanto, que fossem considerados os diferentes contextos e as variadas formas de atuar cientificamente em emergência no mundo pós-guerras mundiais. Influenciados pelas proposições de Horkheimer, os estudos feministas e os estudos de gênero consolidaram-se, especialmente a partir dos anos de 1980, como referentes importantes nesses movimentos de repensar as estruturas e práticas tradicionais de produzir ciência e compartilhar saberes.

No que se refere ao feminismo, trata-se de um movimento político e social que tem como principal característica a emancipação das mulheres das opressões de gênero e sexualidade estabelecidas pela estrutura patriarcal. Movimento que pode ser explicado a partir de três fases ou ondas, como costumam ser nomeadas:

I. **Primeira onda:** caracteriza-se pela reivindicação de igualdades de direitos e oportunidades, especialmente no âmbito da educação e trabalho. Também pautou a reivindicação por mais simetria nos relacionamentos entre homens e mulheres. Ressalta-se que nesta onda o protagonismo era de mulheres da elite apoiadas de forma não verticalizada por mulheres pobres;

II. Segunda onda: tem por centralidade a reivindicação pelo sufrágio. Nesse contexto, a luta contra o sexismo teve como marco a reclamação pelos direitos

[6] A ciência tradicional ou teoria tradicional das ciências, explicada por Max Horkheimer é aquela que estimularia meramente à racionalização, como uma espécie de construção matemática sem ou com poucas reflexões sobre contexto e outras questões que podem atravessar o desenvolvimento de determinada pesquisa, ou seja, sem levar ou pouco levar em consideração as dimensões críticas da construção das pesquisas científicas.

sexuais e reprodutivos. Tratava-se, portanto, de uma luta pela autonomia dos corpos, marcadamente ligada à concepção, contracepção e aborto legal. Também foi nesse período que emergiram as discussões sobre gênero a partir de uma produção cultural ou questionamento da cultura sexista ao qual essas mulheres faziam parte;

III. Terceira onda: buscou ampliar os questionamentos sobre o corpo e os direitos reprodutivos, entretanto, não restritas à cisgeneridade. Com isso, experiências múltiplas sobre a mulheridade foram postas em pautas. Nesse cenário, questões de gênero, sexualidade, performance, performatividade, interseccionalidade, passaram a fazer parte das discussões acadêmicas e não acadêmicas, ampliando o protagonismo de mulheres negras, periféricas, mulheres cisgêneras e trangêneras em diversos países e regiões do mundo (Butler, 2003; Hooks, 2013; Connel; Pierce, 2016; Kilomba, 2019; Romeiro, Silva, 2019).

Olhando em retrospectiva, Helleieth Saffioti (1999, 2002) considera que o início dos estudos de gênero tem como marco a publicação da obra *O segundo sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir. Embora a pensadora francesa não se ocupe em definir o conceito de gênero, Saffioti evidencia a relevância dessa obra ao escrever que "[...] qualquer que seja a avaliação que se tem de O Segundo Sexo [...] não se pode negar [...] seu pioneirismo e sua influência em muitas gerações, assim como na academia" (Saffioti, 1999, p. 157).

De fato, ao escrever que "[...] não se nasce mulher, tornar-se mulher" (Beauvoir, 2014, p. 9), a filósofa inaugura uma discussão sobre a construção social da mulher e da feminilidade, rompendo, assim, com a crença de que as mulheres seriam inferiores aos homens meramente por características biológicas. Por conseguinte,

defende que as políticas que incidem sobre o corpo da mulher foram estabelecidas para favorecer os homens e seus interesses sociais e políticos, os quais objetivavam criar trabalhadores para manter a estrutura capitalista, ao mesmo tempo em que produzia desigualdades por meio do acúmulo de bens e riqueza.

Apesar de ser considerada uma das teóricas mais importantes do feminismo, Beauvoir é criticada por pouco considerar a multiplicidade cultural. Para Saffioti (1999), a constituição teórica de Beauvoir gira em torno do conceito "mulher" e não "mulheres", limitando o universo da pesquisa em comparação com a diversidade que representa a mulheridade, tais como a intersecção étnico-racial, as identidades de mulheres transgênero, as vivências de mulheres com deficiência e as identidades de sexualidade não heterossexuais, posto que a heterossexualidade é considerada como norma.

Outras estudiosas e estudiosos do feminismo refletiram sobre "ser mulher" e "tornar-se mulher" associando esse movimento de construção a conceitos mais amplos que aqueles operacionalizados pelo movimento. Era necessário estudar não só a mulher e feminismo, mas também aspectos sociológicos definidores das relações de poder nas sociedades, tanto na disputa política-territorial quanto nas microestruturas que dizem respeito à convivência, relação matrimônio-herança e sobre a liberdade de ser e performar como desejado por cada pessoa.

Não sem razão, durante muito tempo o conceito de gênero foi utilizado nas ciências da natureza para diferenciar os aspectos biológicos (sexo) dos aspectos socioculturais (gênero). Para a historiadora estadunidense Joan Scott (2012, p. 337), que foca suas pesquisas nas mulheres, o gênero "[...] não é simplesmente uma questão de biologia *versus* sociologia. De fato, o conhecimento atual nos diz que é difícil separar o biológico do sociológico porque cada um destes é intrinsecamente ligado ao outro". Nesse sentido, a autora problematiza as hierarquias e estruturas de

poder que movimentam o gênero, especialmente aquelas que põe no topo da estrutura social o homem cisgênero branco sem deficiência e heterossexual em relação aos outros gêneros, sexualidades, pertencimentos étnicos e diferentes classes sociais.

No texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, Joan Scott (1995) ressalta a existência de algumas categorias que descrevem o gênero e determina estas como sendo: **a) o gênero como um sinônimo de mulher:** utilizado como eufemismo para abordar os estudos feministas em uma perspectiva política; e, **b) o gênero como sinônimo da relação homem x mulher:** a qual pauta-se na existência de uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, que diferencia o corpo, o sexo e os aspectos socioculturais da história do gênero.

Apesar de considerar o gênero como um conceito mais amplo e complexo que estas categorias, Joan Scott acredita que elas são fundamentais para se entender o gênero enquanto instrumento de análise para além da dicotomia "sexo x gênero", considerando aspectos como classe e raça/etnia, por exemplo (Scott, 1995). Para ela a discussão sobre o conceito "gênero" está longe de ser finalizada pois ainda há desafios a serem superados, especialmente no que tange à disputa e à separação dos conceitos de gênero e sexualidade.

Em outra direção, os estudos sobre a sexualidade, identidade de gênero para além da binaridade (masculino e feminino), performatividade, performance e direitos civis da população LGBTQIAPN+ também foram ampliados (com intersecções especificas em cada contexto social). Nem sempre em consonância com as pautas feministas, notadamente por não serem as mulheres – cis ou trans – as únicas a protagonizar essas discussões, ampliando, dessa forma, sujeitos e posicionando o gênero não somente como uma categoria de análise, mas também como uma questão performática e produtora de outros significados. Isso tanto para visibilidade

e enfrentamento de sujeitos dissidentes da cisheteronormatividade à práticas de violências quanto em prol da equidade de direitos civis. Nesse sentido, ainda que os conceitos de gênero e feminismo tenham significados diferentes, é possível dizer que ambos possuem pautas convergentes, pois têm como prerrogativas criticar e enfrentar o patriarcado e questionar a cisheteronormatividade (Butler, 2003; Rich, 2010; Lerner, 2019; Trevisan, 2020).

Acerca da relação entre gênero, raça e classe, destacamos as contribuições de Angela Davis (2016) que considera que classe social e raça/etnia são fatores que devem ser analisados em pesquisas sociológicas e filosóficas, especialmente na intersecção com estudos sobre vivências de mulheres brancas e não brancas. Davis (2016) tensiona essa discussão ao refletir sobre a hipersexualização experenciada por mulheres negras (iniciada durante o período de escravização de pessoas negras), encarceramento em massa da população negra, racismo estrutural e violência sexual. Perspectiva que nos direciona para a visão de que a descolonização do pensamento e das ações é fundamental para promover a liberdade de ser e se expressar sexualmente e, desta forma, enfrentar e resistir as opressões de gênero, classe e raça dominantes.

Nessa mirada, um conceito basilar para se compreender a diversidade de contextos relacionados a gênero, classe e raça é o de interseccionalidade conforme proposto pela teórica e ativista pró direitos humanos Kimberlé Crenshaw (2002). De acordo com a autora:

> A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos,

> constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 117).

Nessa perspectiva, a interseccionalidade passa a fazer parte das discussões sobre o assunto, dando visibilidade a diferentes ordens dos discursos. É importante visibilizar quem fala e de onde se fala (no sentido de lugar social), tal como elucida a filósofa Djamila Ribeiro (2017, p. 39:

> O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas [...]. Ao promover uma multiplicidade de vozes o que se quer, acima de tudo, é quebrar com o discurso autorizado e único, que se pretende universal.

No campo informacional, Silva, Saldanha e Pizarro (2018) buscaram ampliar a compreensão sobre as relações étnico-raciais a partir dos estudos sobre branquitude, que ocorre ao reconhecer a existência de privilégios sociais, políticos e estruturais nos quais pessoas brancas estão hierarquicamente no topo da estrutura social e não estão dispostas a enfrentar o racismo em detrimento de seus privilégios ante uma estrutura racista, pois ressaltam que:

> [...] para compreender como uma pessoa se torna racista é necessário o entendimento de que as pessoas são constituídas pelas e nas relações sociais por intermédio da linguagem no campo das intersubjetividades. A pessoa se autoconstrói e se transforma com base no contexto em que está inserida e da apropriação dos significados socioculturais (Silva; Saldanha; Pizarro, 2018, p. 3817).

Nesse sentido, os estudos sobre a branquitude constituem-se como fundamentais para analisar as intersecções que atravessam os conceitos de gênero, sexualidade, relações étnico-raciais e classes.

Outra perspectiva bastante trabalhada nos estudos de gênero é aquela que evidência sua relação com a sexualidade. Nesse contexto, destaca-se a contribuição de Judith Butler (2003) e o desenvolvimento da teoria *Queer* como referência

importante para os estudos sobre performatividade, performance, cisnormatividade e heterossexualidade compulsória.

Com base em uma perspectiva pós-estruturalista foucaultiana, Butler (2003), no livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, cuja primeira edição é de 1990, tece reflexões sobre sexo, corpo e gênero. Para ela, o sexo tem uma história e está vinculado a uma estrutura social, tal como o patriarcado, pois "[...] [o] gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado" (Butler, 2003, p. 25). Por consequência, não pode ser estabelecido exclusivamente a partir da genitália, o que descredibiliza a dicotomia "sexo x gênero". Nesse sentido, o sexo e os corpos são reflexos de uma construção social por meio da qual a pessoa foi socializada (como menina ou menino).

Butler crítica a heterossexualidade pois destaca que há estímulos políticos, sociais e religiosos compulsórios para que esse "cis-tema" seja estabelecido. Sendo assim, a heterossexualidade compulsória se instaura como uma estratégia de dominação para controle social e isso impacta na formação ideológica de preconceitos em torno do gênero e sexualidade das pessoas. Nesse sentido, a autora considera que a construção do gênero normativo (homem cis heterossexual e mulher cis heterossexual) é intencional, performativa e produtora de significados. Essa construção explicita que corpos atuam politicamente, seja por meio da opressão ou da resistência, portanto, a pessoa que performa fora da conjuntura heteronormativa pode atuar politicamente para subverter a ordem sistêmica, resistindo (Butler, 2003).

Para além da cisheteronormatividade, a diversidade de gênero e sexualidade discursivamente se representa na sigla LGBTQIAPN+, na qual são reunidas identidades de gênero como homens e mulheres cisgêneros, transgêneros, pessoas não-binárias, intersexuais etc.; e, identidades de sexualidade, tais como: lésbicas, gays, bissexuais, pansexuais, demissexuais, assexuais, entre outras. Nesses termos,

como outros movimentos sociais, o movimento LGBTQIAPN+ nasceu em oposição às políticas do corpo e da sexualidade. Reconhecemos as manifestações de *Stonewall* (em oposição à truculência policial contra pessoas LGBT) no ano de 1969 como um marco histórico para que as vozes dessa população pudessem ser ouvidas (Ribeiro, 2011).

Ainda que outras possibilidades discursivas tenham sido evocadas no campo científico para além de uma visão teórica/científica nomeada tradicional, o reconhecimento dos estudos de gênero enquanto estudos críticos ainda carece de ampliação, sobretudo em cenários políticos desafiadores como os vividos no Brasil desde 2016, após o *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef. Esse cenário, que compreende o período 2016-2022, foi marcado pelo avanço político e ideológico da extrema direita, o qual integra parcela significativa da população, majoritariamente contrária à equidade de gênero.

Como forma de resistência ao avanço da extrema direita, pesquisadoras e pesquisadores de gênero, sexualidades e feminismos investiram na inserção e ampliação de estudos sobre gênero no campo informacional, cenário que favoreceu, por exemplo, a criação do GT 12 – Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades pela Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Diante disso, considera-se relevante a inserção de outros estudos identificados como críticos e interseccionais a partir do olhar de mulheres e de pessoas que performam outras identidades de gênero, sexualidades, pertencimentos étnicos e classe não só na atuação política, mas, também, nas discussões científicas e sociais. Para dar seguimento a essa problematização no campo da Ciência da Informação, discutiremos na próxima seção a produção de conhecimento sobre gênero no campo informacional brasileiro a partir das edições dos Encontros

Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB**S**) de 2018-2021.

3 ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE GÊNERO NOS ENANCIBS DE 2018-2021

A produção de conhecimento científico de determinada área reflete, a partir de distintas dimensões, os interesses e oportunidades de diálogo que participantes da mesma comunidade acadêmica possuem. Com isso, não só os temas em evidência, como a realização e divulgação científica sobre determinado assunto dependem de diversos fatores que vão desde o alinhamento teórico-metodológico com programas de pós-graduação e grupos de pesquisa, à qualidade e aplicação prática desses conhecimentos na vida social.

Atentando para isso, os resultados da presente pesquisa giram em torno de visibilizar as comunicações sobre gênero na Ciência da Informação Brasileira que utilizam do termo no título, resumo e palavras-chave. Isso implica dizer que as análises empreendidas têm como critério o uso do termo em aproximações e/ou diálogos com os estudos de gênero, cujo enfoque são os trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIBs) de 2018-2021.

O marco temporal adotado se justifica por ser o ano de 2018 o período em que a primeira autora deste trabalho iniciou o contato com os estudos de gênero na Ciência da Informação e passou a acompanhá-lo nos grupos de trabalho do ENANCIB. Destacamos, como ponto de partida dos estudos de gênero na Ciência da Informação brasileira a tese de Patrícia Espírito Santo (2008), que realizou em 2008 um levantamento sobre as pesquisas de gênero na CI em contexto nacional e

internacional. O segundo trabalho encontrado sobre o assunto, foi a pesquisa de Gilda Olinto e Jaqueline Leta (2014) que se trata de um estudo cientométrico sobre a participação das mulheres na ciência. Embora esses estudos sejam considerados importantes por serem os pioneiros na CI brasileira a converterem as temáticas de gênero em objeto de pesquisa, cabe ressaltar que a compreensão do conceito gênero em ambos os casos se dá a partir de sua aplicação, como categoria analítica (Scott, 1995), apenas na dimensão de "marcador de diferenças" entre homens e mulheres, e por não mencionar outras identidades, infere-se que estão unicamente relacionados à cisgeneridade.

Para além de um marcador de diferença, o assunto gênero começou a ganhar evidência no Brasil na segunda década do século XXI, especificamente nos trabalhos apresentados nos Encontros Nacionais de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIBs). Ainda assim, os estudos de gênero têm pouca representação no maior evento de divulgação de pesquisas da pós-graduação em CI brasileira, haja vista que menos de 5% dos trabalhos publicados em 2018 e 2019 discutiam temáticas convergentes aos estudos de gênero (Romeiro, 2019).

Em 2018 foram apresentados nove trabalhos passíveis de serem enquadrados nos critérios estabelecidos para esta pesquisa, são eles: **Epistemologia e Ciência da Informação: fundamentos teóricos e produção bibliográfica nacional** escrito por César Karpinski (2018). O estudo apresenta um panorama nacional da produção científica sobre Epistemologia e/da Ciência da Informação, a partir do mapeamento do referencial teórico da área. A partir desse mapeamento o autor realiza um diagnóstico no qual identifica temáticas mais estudadas e aponta o crescimento do interesse de pesquisadoras e pesquisadores do campo por diferentes temáticas, entre elas: Pós-colonialidade, Gênero e Relações étnico-raciais. Nessa comunicação, Karpinski apenas utiliza o termo gênero como marcador da diferença entre homens e

mulheres ao analisar a produção bibliográfica nacional em CI, não realizando, portanto, nenhuma construção teórica com intuito de discutir o conceito.

O texto **Tensão identitária e organização do conhecimento: olhar epistemográfico** de autoria de Miriam Gontijo Moraes (2018), identifica núcleos de estudos brasileiros sobre gênero e avalia instrumentos terminológicos de indexação com o objetivo de apontar contradições epistemológicas a partir da identificação de conhecimentos intencionalmente excluídos dos processos de inscrição e fluxos produzidos por comunidades não epistemológicas. Para isso, a autora se apropria do conceito de epistemografia a fim de apontar as contradições de gênero, relações étnico-raciais e classe presentes no Tesauro de Estudos de Gênero e da Mulher e no Tesauro do Folclore e Cultura Popular. Além disso, é apresentado um panorama histórico a partir do feminismo, movimento a partir do qual identifica que a interseccionalidade não é um conceito presente nos instrumentos mencionados. Entretanto, a diversidade de identidades de gênero e sexualidade é apenas brevemente mencionada, não havendo aprofundamento teórico sobre essas representações sociais. Nesse sentido, concentra-se as discussões de gênero pelo viés dos estudos feministas.

O artigo **Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina** de Guilherme Goulart Righetto e Elizete Vieira Vitorino (2018) se propõe a discutir os estudos de gênero sobre a população transgênero de Florianópolis a partir de narrativas produzidas por essa comunidade, as quais evidenciam uma série de necessidades informacionais inscritas no cotidiano das pessoas trans. Valendo-se de entrevistas, são explorados três aspectos fenomenológicos: o informacional, o da vulnerabilidade social e da resiliência. Apesar de evocar uma discussão voltada para a diversidade de gênero, o

estudo não realiza uma discussão teórica sobre o conceito, utilizando gênero como categoria de análise relacionada ao público que se constitui objeto do estudo.

O trabalho intitulado **Estratégias de fact-checking no combate à fake news: análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org** de Denise Braga Sampaio, Izabel França de Lima, Henry Poncio Cruz de Oliveira (2018). Estabelece como foco de pesquisa o universo das notícias falsas a partir das páginas Boatos.org e E-farsas, responsáveis por verificar a veracidade de notícias. O estudo se concentra em notícias sobre a cantora e drag queen Pablo Vittar, por ter sido alvo de inúmeras *fake news* que elucidam a homofobia de interagentes digitais. As autoras e autor apresentam diálogos com pesquisadores e pesquisadoras dos estudos de gênero, especialmente conectados a performances de gênero e questionamento da heteronormatividade, nesse sentido, os estudos de gênero foram apropriados de forma mais ampla que uma identidade de gênero e sexualidade específica.

O artigo **Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do espaço LGBT** de Laelson Felipe da Silva e Gisele Rocha Côrtes (2018) definiu como objetivo delinear o perfil de mulheres transexuais e de travestis usuárias do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à Homofobia na Paraíba (Espaço LGBT). Razão pela qual discute as práticas informacionais dessas mulheres para compreender os aspectos objetivos e subjetivos das ações dos sujeitos informacionais a partir de sua contextualização. O estudo apresenta discussão sobre o conceito gênero, compreendendo-o como "[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos" (Silva; Côrtes, 2018, p. 2101), ademais, inclui estudos interseccionais e se apropria do termo como marcador de diferenças.

O trabalho intitulado **Centro de referência LGBT, espaço de informação: um estudo no centro de referência e defesa da diversidade** de Bruno Almeida dos Santos

e Nídia M. L. Lubisco (2018) centrou-se em apresentar os serviços de informação disponibilizados no Centro de Referência e Defesa da Diversidade de gênero e sexualidade da Bahia. Apesar de não conceituarem gênero, autor e autora apresentam pedagogicamente os estudos de gênero com enfoque na comunidade LGBT (termo usado no artigo) e explicam não apenas as categorias de identidade de gênero e sexualidade que subvertem a cisheteronormatividade, como apresentam as violências de gênero enfrentadas por essa população, tais como a homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia.

O trabalho **Caracterização do conjunto de doutores brasileiros com ênfase em gênero** de Monique de Oliveira Santiago e Thiago Magela Rodrigues Dias (2018) analisa a produção científica de homens e mulheres doutores na plataforma Lattes. Apesar de reconhecerem que o conceito gênero é abrangente e se apropriarem da definição de Joan Scott (1995, p. 86), para quem gênero é "[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder", autora e autor se concentram em utilizar o termo como marcador de diferenças entre homem e mulher e, por isso, não ampliam o enfoque para identidades que não são enquadradas como cisheteronormativas.

O texto **O museu da diversidade sexual sob a ótica da encontrabilidade da informação** de Jean Fernandes Brito e Márcio Matias (2018) objetivou avaliar a ecologia informacional do Museu da Diversidade tendo como referente a encontrabilidade informacional. Nesse sentido, apresenta o museu da diversidade como uma instituição educativa sobre diversidade sexual, mas não discutem de forma aprofundada os estudos de gênero, de tal forma que a palavra gênero é apresentada apenas nos metadados de resumo e palavras-chave.

A pesquisa **Testes de usabilidade em ambientes informacionais digitais: uma análise do website guia gay floripa** de Jean Fernandes Brito, Graciela Sardo Menezes e Marcio Matias (2018) se propôs a analisar o *website* Guia Gay Floripa por meio de testes de usabilidade para identificar os problemas de acesso e uso e sugerir melhorias. Apesar de determinar como objeto de pesquisa uma fonte de informação direcionada às pessoas LGBTQIAPN+ não há no estudo explicação sobre o conceito gênero ou uma verticalização teórica sobre o assunto.

No ano de 2019, quatro trabalhos foram apresentados no ENANCIB utilizando a palavra gênero no título, resumo ou palavras-chave. O primeiro deles: **Mulher e gênero na produção científica da ciência da informação** de Maria Ivonete Gomes do Nascimento e Eliane Braga de Oliveira (2019, p. 1) estabeleceu como objetivo "[...] apresentar resultado de pesquisa sobre a produção acadêmica relacionada à mulher e gênero na Ciência da Informação". As autoras, apesar de focarem em estudos sobre mulheres, em uma perspectiva crítica feminista e compreendendo gênero como uma categoria de análise, problematizam pouca a menção ao termo gênero na Ciência da Informação.

O trabalho **Análise da produção científica sobre gênero na ciência da informação** de Ester Ferreira da Silva, Cristian Berrío Zapata e Hamilton Vieira de Oliveira (2019, p. 1) analisa "[...] a ocorrência da produção científica sobre exclusão da mulher na ciência e na tecnologia na produção do ENANCIB" e se propõe a averiguar o desenvolvimento do assunto na comunidade científica da Ciência da Informação no Brasil. A pesquisa concentra a perspectiva de gênero nos estudos sobre mulheres e homens e evidenciam as desigualdades enfrentadas por esses sujeitos a partir da estereotipação dos comportamentos esperados. Entretanto, a discussão não vai além da binaridade e não evoca perspectivas interseccionais sobre gênero.

A pesquisa intitulada **Primeiras impressões da pesquisa autodenominada estudos de gênero em uma base de dados internacional e multidisciplinar** de Natascha Helena Franz Hoppen e Samile Andrea de Souza Vanz (2019, p. 1) também se volta para o estudo dos marcadores homens e mulheres, indicando que o trabalho em questão "Abrange um estudo exploratório e inicial da produção científica autodenominada estudos de gênero publicada até o ano de 2017, com o objetivo de levantar configurações da área [...] [d]a *Web of Science*". Dialoga, em muitos aspectos, com os estudos de gênero e é o primeiro no escopo desta pesquisa a mencionar as masculinidades enquanto pertencentes a este campo de estudos.

As autoras Claudialyne da Silva Araújo e Gisele da Rocha Côrtes (2019, p. 1) publicaram o estudo **Memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres** que tinha como objetivo "[...] apresentar as ações das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres" evidenciando, para tanto, as memórias de uma mulher vítima de violência física, psicológica, moral, sexual e patrimonial cometida pelo ex-marido. Apesar de enfocar a violência contra mulheres, a pesquisa apresenta um debate sobre gênero e relações de gênero em uma perspectiva feminista e interseccional.

No ano de 2020, em função das medidas de segurança estabelecidas para contenção da pandemia Covid 2019[7], o ENANCIB foi adiado para o ano de 2021. Neste evento, apesar de 14 trabalhos apresentarem estudos sobre mulheres e gênero, apenas dois utilizaram o termo para demarcar este campo de estudo, são eles: **Estereótipos e segregação de gênero na opção por c&t: pesquisa com estudantes do**

[7] A COVID-19 é uma doença infecciosa causada pelo coronavírus SARS-CoV-2 e tem como principais sintomas febre, cansaço e tosse seca (Fonte: Brasil, c2022). Conforme orientações do Ministério da Saúde, as quais enfatizavam a necessidade de manutenção de medidas não farmacológicas na prevenção da infecção pelo vírus da Covid-19, foi estabelecido o distanciamento social, ou seja, a limitação do contato próximo entre pessoas infectadas e outras pessoas, como principal medida para reduzir as chances de transmissão do SARS-CoV-2.

ensino médio do Colégio Pedro II. Escrito por Gabriel Teixeira, Gilda Olinto, Patrícia Mallmann (2021, p. 1), teve por objetivo "[...] analisar as relações existentes entre gênero e autoestima, referentes a habilidades em áreas acadêmicas humanas e exatas no ambiente do ensino médio". O trabalho problematiza o uso discursivo dos estereótipos de gênero na reprodução de violências de gênero, apresenta e discute o conceito de gênero baseado na teoria de Judith Butler ao estabelecer gênero como algo "[...] diretamente ligado a um somatório de elementos presentes na trajetória e na vivência dos indivíduos, influenciando seu comportamento e impactando suas experiências" (Teixeira; Olinto; Malmann, 2021, p. 3).

O segundo trabalho que atende ao escopo desta pesquisa é a comunicação intitulada **Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas**, escrito por Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnéle Carneiro Garcez, Nathália Lima Romeiro, Priscila Rufino Fevrier e Ana Paula Meneses Alves (2021). O objetivo principal do estudo foi propor "[...] um modelo teórico de Competência em Informação para a justiça social em bibliotecas e unidades de informação, orientada pela discussão de justiça informacional, social, racial e de gênero dentro destas ambiências informacionais [...]" (Silva *et al.*, 2021, p. 1). Além disso, as autoras apresentam o gênero enquanto categoria analítica para elaboração do modelo de Competência em Informação e intersecciona o conceito com as relações étnico-raciais.

De acordo com os resultados apresentados, nota-se que há caminhos para ampliação deste estudo, com enfoque em outros tipos de publicações científicas a fim de aprofundar o entendimento referente ao modo como pesquisadoras e pesquisadores da Ciência da Informação percebem e utilizam os estudos de gênero em suas produções. Também se reforça a necessidade de um acordo entre a comunidade para que esses estudos possam ser agrupados estrategicamente a partir

da indexação do termo gênero nos principais metadados de representação e recuperação de suas produções.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados apresentados, destacamos que a ausência de incorporação do termo gênero no título, resumo e palavras-chave das publicações pode dificultar a recuperação e identificação da temática na CI. Nesse sentido, apesar de haver outros trabalhos que privilegiem os estudos de gênero como é o caso dos estudos sobre mulheres, o agrupamento dessas pesquisas não ocorre de forma intuitiva. Sendo assim, é recomendável que pesquisadores/as desse assunto utilizem o termo afim de ampliar a visibilidade da temática. Cabe destacar que para atender aos critérios estabelecidos para o desenvolvimento deste estudo apenas foram incluídos os trabalhos diretamente alinhados com a proposta.

Apesar dos problemas de indexação evidenciados, percebemos um aumento no interesse da comunidade científica da Ciência da Informação brasileira pelo assunto gênero, o que reflete tanto no alargamento das temáticas e objetos de pesquisas de mestrado e doutorado quanto na formação de redes e grupos de pesquisa e extensão, o que certamente contribuirá para a ampliação de investigações futuras.

Com isso, acolhendo à demanda verbalizada pela comunidade científica, foi votada em assembleia geral de membros da ANCIB, através de uma reunião remota e restrita às pessoas associadas na plataforma *google meet* no ano de 2020, a criação do grupo de trabalho 12 (GT-12), nomeado “Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades”, a partir do qual estima-se que nos próximos anos sejam amplificados os estudos sobre a temática apresentada e que sejam fortalecidos os diálogos sobre gênero na CI brasileira. Em 2022 o GT12 teve seu primeiro ano de

trabalho no ENANCIB e contou com a aprovação de 34 trabalhos, quantitativo que reforça o interesse de pesquisadoras e pesquisadores pela temática.

Ademais, estima-se que sejam realizados novos estudos como esse com o propósito de identificar e analisar o uso e apropriação dos estudos de gênero em artigos, livros, teses e dissertações filiadas à área, de forma a incluir temáticas ainda pouco exploradas como é o caso dos estudos sobre masculinidades, relações étnico-raciais, decolonialidade e estudos sobre a branquitude em intersecção com os estudos de gênero. Atentando para isso, recomenda-se que a comunidade científica utilize estrategicamente instrumentos de indexação e agrupamento de forma que se possa reunir a produção de conhecimento sobre o tema, bem como a identificação de interesses, objetos de pesquisa emergentes e o desenvolvimento de estudos interseccionais no campo.

Dito isso, apesar de identificarmos o interesse sobre estudos de gênero na Ciência da Informação brasileira, a visibilidade dessas pesquisas ainda pode ser considerada incipiente, especialmente naquilo que diz respeito à sua organização e divulgação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Claudialyne da Silva; CÔRTES, Gisele da Rocha. Memória e a importância das políticas públicas de gênero no enfrentamento da violência contra as mulheres. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-21. Disponível em: https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1315/719. Acesso em: 8 jun. 2023.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Coronavírus**. Ministério da Saúde, *[s. l.]*, c2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus. Acesso em: 8 jun. 2022.

BRITO, Jean Fernandes; MATIAS Márcio. O museu da diversidade sexual sob a ótica da encontrabilidade da informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 5465-5472. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1095/1730. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRITO, Jean Fernandes; MENEZES, Graciela Sardo; MATIAS Márcio. Testes de usabilidade em ambientes informacionais digitais: uma análise do website guia gay floripa. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 5499-5507. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1096/1731. Acesso em: 8 jun. 2023.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CONNELL, Raewyn; PIERCE, Rebecca. **Gênero**: uma perspectiva global. São Paulo: nVersos, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt#. Acesso em: 8 jun. 2022.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317–332, 2009. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389. Acesso em: 3 jan. 2024.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

HOPPEN, Natascha Helena Franz; VANZ, Samile Andrea de Souza. Primeiras impressões da pesquisa autodenominada estudos de gênero em uma base de dados internacional e multidisciplinar. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-9. Disponível em: https://repositorioceme.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/202734/001106554.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 jun. 2022.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. *In:* BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor; HABERMAS, Jurgen. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KARPINSKI, César. Epistemologia e Ciência da Informação: fundamentos teóricos e produção bibliográfica nacional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 215-230. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/849/1842. Acesso em: 8 jun. 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo do cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/abstract/?lang=pt. Acesso em: 8 jun. 2022.

MORAES, Miriam Gontijo. Tensão identitária e organização do conhecimento: olhar epistemográfico. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, *[s. l.]*, v. 11, n. 2, p. 1-19, 2018. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/476/458. Acesso em: 8 jun. 2022.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Mulher e gênero na produção científica da Ciência da Informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-19. Disponível em: https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/499/512. Acesso em: 8 jun. 2022.

OLINTO, Gilda; LETA, Jacqueline. Gênero, geração e tarefas acadêmicas: investigando os docentes-pesquisadores dos programas de pós-graduação brasileiros. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, v. 4, 2014. **Anais [...]**. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45785. Acesso em: 28 dez. 2023.

PERROT, Michelle. **Une histoire des femmes est-elle possible**. Paris: Rivage, 1984.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In:* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *In:* PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 25-37.

RIBEIRO, Deco. Stonewall: 40 anos de luta pelo reconhecimento LGBT. *In:* COLLING, Leandro (org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil.** Salvador: EDUFBA, 2011. p. 153-156. (Coleção Cult, 9).

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas**: Estudos gays, gêneros e sexualidades, *[s. l.]*, v. 4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309/1742. Acesso em: 8 jun. 2023.

RIGHETTO, Guilherme Goulart; VITORINO, Elizete Vieira. Competência em informação de minorias sociais: narrativas das pessoas trans de Florianópolis, Santa Catarina. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 1557-1575. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1011/1509. Acesso em: 8 jun. 2023.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo**: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://ridi.ibict.br/handle/123456789/1074. Acesso em: 8 jun. 2023.

ROMEIRO, Nathália Lima; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. A educação continuada e o protagonismo da mulher na Biblioteconomia: relato de experiência da oficina "Mulheres na Ciência da Informação e Biblioteconomia". **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, *[s. l.]*, v. 15, p. 112-130, 2019. Disponível em: https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1368. Acesso em: 8 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 12, p. 157-163, 1999. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634812. Acesso em: 8 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Violência contra a mulher e violência doméstica**. São Paulo: FCC, 2002. v. 34.

SAMPAIO, Denise Braga, LIMA, Izabel França de; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Estratégias de fact-checking no combate à fake news: análises informacional e tecnológica no e-farsas e boatos.org. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 1665-1685. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1325/1530. Acesso em: 8 jun. 2023.

SANTIAGO, Monique de Oliveira; DIAS, Thiago Magela Rodrigues. Caracterização do conjunto de doutores brasileiros com ênfase em gênero. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 4741-4749. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1247/1886. Acesso em: 8 jun. 2023.

SANTOS, Bruno Almeida dos; LUBISCO, Nídia M. L. Centro de referência LGBT, espaço de informação: um estudo no centro de referência e defesa da diversidade. *In:*

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 2353-2372. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1367/1583. Acesso em: 8 jun. 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-95, 1995. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721. Acesso em: 8 jun. 2023.

SCOTT, Joan. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 3, n. 45, p. 327-351, 2012. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/15018. Acesso em: 8 jun. 2023.

SILVA, Ester Ferreira da; ZAPATA, Cristian Berrío; OLIVEIRA, Hamilton Vieira de. Análise da produção científica sobre gênero na Ciência da Informação. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-9.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In:* CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis: Rocha, 2020. p. 119-202. Disponível em: https://livros.unb.br/index.php/estante/catalog/view/256/450/2307. Acesso em: 8 jun. 2023.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; GARCEZ, Dirnéle Carneiro; ROMEIRO, Nathália Lima; FEVRIER, Priscila Rufino; ALVES, Ana Paula Meneses. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT: UFRJ, 2021. p. 1-16.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; SALDANHA, Gustavo da Silva; PIZARRO, Daniela Câmara. A branquitude nas práticas docentes em Biblioteconomia e Ciência da Informação: notas teórico-críticas sobre um ensino que promove o preconceito racial. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 3810-3831. Disponível em:

http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1013/1670. Acesso em: 8 jun. 2023.

SILVA, Laelson Felipe da; CÔRTES, Gisele Rocha. Práticas informacionais: o perfil de mulheres transexuais e travestis do espaço LGBT. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2018. p. 2099-2107. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1478/1554. Acesso em: 8 jun. 2023.

TEIXEIRA, Gabriel; OLINTO, Gilda, MALLMANN, Patrícia. Estereótipos e segregação de gênero na opção por c&t: pesquisa com estudantes do ensino médio do Colégio Pedro II. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT: UFRJ, 2021. p. 1-16. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/479/391. Acesso em: 8 jun. 2023.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Objetiva, 2018.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. São Paulo: Objetiva, 2018

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de Doutorado que viabilizou a elaboração e apresentação deste trabalho no XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB).

Copyright: Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

tpbci@ancib.org @anciboficial @ancib_brasil